

ACTA Nº. 9
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, na Vila de Borba e no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 h, em sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia.

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 8 da sessão de 29 de Setembro de 2006.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais;

a) Orçamento para o ano de 2007

b). Grandes Opções do Plano para o ano de 2007

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para ocorrer a dificuldade tesouraria.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2007.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Projecto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta da Alteração aos seguintes Regulamentos:

a) Cartão Municipal do Idoso;

b) Cartão do Jovem Município;

c) Municipal de Urbanização e Edificação;

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Declaração de Caducidade de Utilidade Pública.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Senhor Presidente da Assembleia: abriu a sessão e mandou realizar a chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, Maria João Barroso Lopes Cavaco, Joaquim Manuel Cardoso, Jerónimo João Pereira Cavaco, Sérgio João Pécurto Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Mário de Francisco José Ramalho Mendes, Ondina Maria Ganito Giga, Vítor José Pécurto Guégués, João Manuel Proença, António Joaquim Moura Lopes, António José Lopes Anselmo, José António Carapeto Dias e António José Barroso Paixão. Verificou-se a ausência dos Membros: Carlos Manuel de Almeida Cabra justificou a sua falta Anexo1); Augusto Manuel Bilro Guégués (que justificou a sua falta Anexo 2); João Manuel Grego Esteves (que justificou a sua falta Anexo 3).

Terminada a chamada o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao plenário se não havia inconveniente de a Deputada Ondina Giga ocupar a cadeira do 1º Secretário - o qual não pôde estar presente. Como ninguém se opôs, o Sr. Presidente da Assembleia pediu à deputada que ocupasse o seu lugar na 1ª. Seguidamente, deu início aos trabalhos.

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O 2º Secretário
(Membro Jerónimo Cavaco): informou que nada de relevante havia a registar (anexo 4 e 5), no entanto mencionou que existiam três requerimentos (dos eleitos da CDU) que haviam chegado ao Gabinete de Apoio após a hora do almoço, os quais passou a ler (Anexo 6, 7 e 8).

O Presidente da Assembleia Municipal: informou o plenário que havia tido conhecimento dos re

requerimentos minutos antes da abertura da sessão. No entanto, afirmou que oportunamente e em pra responderá aos mesmos por escrito. Quanto ao estatuto do direito de oposição invocado em um requerimentos, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que respondesse.

O Presidente da Câmara Municipal: disse que falaria do assunto mais à frente, em momento mais oportuno.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia: Referiu que não havendo público que quisesse intervir, se passaria ao período da ordem do dia.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 8 da sessão de 29 de Setembro de 2006.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à discussão. Não havendo intervenções passou à votação, a qual foi aprovada por 8 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções.

A CDU apresentou declaração de voto (anexo 9).

O Presidente da Assembleia: informou que na última sessão da Assembleia a Mesa não estava preparada para a tomada de posição da CDU, no que se refere às actas. Fez referência às condições de audição na s futuramente ter-se-á atenção àquilo que os deputados da CDU disserem (com os microfones desligados) far-se-á um esforço para que se consiga anotar o mais possível. No entanto, também informou que possam vir a existir algumas faltas ou lacunas, pois não é fácil ouvir e escrever tudo no momento. Adiantou ainda, que não havia lugar no Regimento para este caso específico (a obrigatoriedade de facultar as gravação intervenções). O Senhor Presidente disse que pretende vir a fazer uma alteração ao Regimento, mas qu momento nada há para essa obrigatoriedade. Quanto ao parecer da ANMP, que foi chamado de parecei precário (no requerimento lido anteriormente), pediu que lhe fosse provado que o mesmo era precário. Informou que enquanto for Presidente da Assembleia Municipal as regras têm que ser cumpr escrupulosamente, rigorosamente. Ninguém tem mais direitos que ninguém. As pessoas usarão da palav quando lhes for dado esse direito, e calar-se-ão quando forem mandados calar. Se assim não acontecer faltan às regras da boa educação, às regras da democracia e não podemos esquecer que se vive num estado de direito. Têm a possibilidade de destituir a Mesa se assim o entenderem, mas enquanto estiver na cade Presidente da Assembleia com toda a legitimidade que lhe foi dada pelo povo, as regras são para cumprir.

O Membro Joaquim Cardoso: Não querendo que fosse gravada a sua intervenção, sublinhou que as declarações de voto não se discutem. Quanto aos pareceres jurídicos, disse que pareceres de trazer por existem muitos, mas estes não o satisfazem. Como tal, quer um parecer de um órgão competente. Quanto ao Sr. Presidente da Assembleia disse que o mesmo não tem legitimidade para discutir declarações de voto.

O Membro Jerónimo Cavaco: disse que não tinha intenção de discutir qualquer declaração de voto. Até porque no seu entender não tem qualquer tipo de discussão. No entanto, referiu que quanto ao parecer d ANMP não era o único que estava na posse da Mesa. As leis são criadas e têm as mais diversas interpretações, há no entanto alguns órgãos competentes que irão verificar das interpretações que cada um lhe quiser dar. Quanto à questão do registo áudio das sessões é algo que preocupa a mesa, pois se nã esclarecimento, seja ele de que órgão for pode entrar-se naquilo que se passou na última sessão, e que não nem bonito, nem digno de se ver e ouvir. Quanto ao que a Mesa foi apelidada, reforçou que não o é. E o facto de não o ser, foi a intervenção feita pelo Senhor Presidente da Mesa, que sublinhou que haverá uma tomada de posição em matéria regimental para clarificação no que respeita à gravação ou registos áudio das sessões da Assembleia Municipal de Borba. Reafirmou que os microfones existem para que seja possível que as actas sejam elaboradas com a maior transparência e precisão possível. É pretensão da mesa que os trabalho decorram dentro da maior normalidade possível, e chama normalidade cumprir as regras, não passar os limites do bom senso e, muito menos os da boa educação.

O Presidente da Assembleia Municipal: deu o ponto como encerrado, chamando a atenção para o tamanh agenda de trabalhos. Referiu que não queria de forma nenhuma deixar alguém sem intervir, mas que fo tratados assuntos com mais relevância para o concelho.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais;

- a) Orçamento para o ano de 2007
- b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2007

O Presidente da Câmara Municipal: iniciou a sua intervenção dizendo que é mais um momento de discussão política dos documentos. Começou por pedir que lhe fosse facultado cópia do requerimento entregue pela CDU, para que pudesse responder com mais precisão. Depois, disse que podia perfeitamente fornecer fotocópias do que era pedido no referido requerimento. Quanto ao Estatuto do Direito de Oposição, disse que se penitenciava por isso, pois não ouviu a oposição antes da elaboração dos documentos conforme consta na lei. No entanto referiu que no ano anterior tinha enviado cartas nesse sentido, e não havia chegado nenhuma proposta. Mas, não havia sido essa a razão. A razão foi o facto de ter havido alguns problemas na elaboração dos documentos e ter-se perdido algum tempo. Quanto ao documento em discussão, o Senhor Presidente disse que o mesmo mantém a estrutura dos anos anteriores, dividido em duas partes. A primeira parte uma qualitativa do trabalho desenvolvido e depois então, o balanço provisório para o ano de 2006 e, seguidamente o plano de actividades para 2007. Quanto ao balanço provisório, à concretização das opções, são dependentes das receitas e das limitações, que têm que ver com a situação política-económica que o P atravessa e, que não deixa de se traduzir na política autárquica. Tem-se assistido a um abrandamento do investimento público, claro que nos investimentos privados também e isto reflecte-se sempre na vida autárquica. Há que encontrar sempre fontes de financiamento para tentar resolver a concretização dos planos do executivo. Em relação ao plano provisório de 2006, seguindo basicamente a proposta do ano anterior relativamente ao ordenamento e urbanismo existem alguns aspectos importantes que se prendem com esta área, e que marcam positivamente a autarquia (a revisão do PDM, a conclusão do Plano Pormenor do Alto dos Babelos, a conclusão do Plano de Intervenção em Espaço Rural, o Plano Pormenor da Zona Norte da Vila, os Planos de Urbanização de S. Tiago e Orada que também estão a avançar, continuação da remodelação do mercado municipal, o Serviço de Notariado está praticamente concluído, assim como o Parque Temático do Mármore, ainda em fase de consagração as Piscinas cobertas municipais e o Pavilhão de Eventos, os arranjos paisagísticos no Bairro 1º de Maio, remodelação da rede de águas e esgotos da vila, a obra de saneamento na Tapada do Anjinho, rede pluvial do Barro Branco, Etar de Borba, estudo da Etar de Rio de Moinhos, a estrada Nora/Barro Branco, a estrada 508.4, o arranque das obras das variantes, o arranque das escolas, Palacete dos Melos/obra de remodelação e o projecto de abertura de porta do castelo). Em termos de desenvolvimento económico espera levar por diante a Zona Industrial do Alto dos Babelos para o que encontra em negociações com pareceres privados. Destaca-se a inauguração do Ecocentro. No que se refere ao plano de actividades de 2007, os objectivos são basicamente os mesmos do ano anterior. Claro que ao nível dos instrumentos do planeamento irá continuar e concluir aquilo que está previsto. No que se refere ao objectivo de apostar na qualificação das pessoas, procurar-se-á através de protocolos tentar continuar a contribuir para a reconversão profissional dos desempregados. Quanto ao desenvolvimento económico procurará rentabilizar os recursos endógenos e que devem passar também pela procura e atracção com alguma negociação. Salientou a localização estratégica de Borba, pois esta está perto da capital do País, próximas das cidades espanholas com alguma importância o que permite tirar partido dessa mesma localização. Quanto ao nível das empresas municipais, multi-municipais e inter-municipais é intenção do executivo dar continuidade desde que as coisas corram bem. Existe também a possibilidade de criar uma empresa municipal, adiantando desde já que não se trata de uma empresa para esconder as dívidas da autarquia, mas sim no sentido de facilitar a participação de sociedades anónimas, tendo em vista as parcerias público-privadas. Quanto às grandes opções do plano, os serviços culturais, recreativos e religiosos que ocupam 42.8% são de salientar os espaços museológicos, a biblioteca pública e o pavilhão de eventos. Este último em sua opinião poderá vir a ser uma fonte de receita para o município. No que se refere aos transportes e comunicações 19.54% que passará pela beneficiação das acessibilidades às sedes locais das freguesias, e recuperação também dos caminhos rurais. De frisar também a criação de novos loteamentos em Borba e em Rio de Moinhos, informando que não é fácil negociar terrenos neste último. Quanto ao comércio e turismo, são de salientar a transformação do mercado municipal e o aparecimento de unidades hoteleiras aliadas ao estudo turístico do concelho, que se encontra em fase final. Quanto à educação o valor é de 4.46%, com a continuação de protocolos com as várias escolas e melhoramentos das mesmas. Em termos de serviços gerais da administração pública procurar-se-á para o futuro o parque do alto dos Babelos, para se avançar com a mudança dos estaleiros municipais (que causam algumas perturbações aos moradores da Rua de N

Procurar-se-á também trazer para Borba investimento através de empresas, quer só por si ou em público-privadas. No entanto, é de dizer que as grandes opções do plano dependem muito de dinheiro, e aí que as coisas muitas das vezes se complicam. Mas é preferência do executivo que os planos e os orçamentos sejam inflacionados e as taxas de execução sejam reduzidas, pois há convicção que tudo se concretize, estiverem há essa possibilidade, caso contrário é que não. Quanto ao orçamento em discussão tem um valor de 23 milhões de euros dos quais se repartem 17 milhões em receitas de capital e 5 milhões em despesas correntes. Terminou dizendo que acabava de ter feito uma defesa política.

O Presidente da Assembleia: não quis deixar de comunicar ao plenário que o Deputado Vítor Guégués acabou de chegar, como tal, perguntou se havia algum inconveniente de o mesmo tomar o lugar, embora que um pouco atrasado.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: após cumprimentar os presentes, questionou o Presidente da Câmara relativamente ao orçamento. Começou por informar o Presidente da Câmara que à oposição assiste o direito de participar na elaboração/preparação do referido orçamento, isto se convocados para o efeito. Quanto aos representantes do PSD disse não terem tido o privilégio de participar, e perante isto entende a lamentação como uma total indiferença pela oposição. Perguntou ainda ao Presidente da Câmara se ele sabia que um dos grandes perigos da democracia representativa é a tendência real e efectiva para o absolutismo.

O Membro Vítor Guégués: Iniciou a sua intervenção agradecendo ao Presidente da Assembleia o gesto que havia tido relativamente ao seu atraso. Adiantou ainda que era essa a postura que se devia manter na Assembleia. Quanto ao orçamento, disse ter tido o prazer de o receber 4 dias antes da sessão, o que lhe permitiu fazer uma melhor leitura. Felicitou o executivo pelo facto de ter acabado com a “feira das vaidades – a festa da vinha e do vinho” e ter passado a ter uma “feira de vaidades financiada”, por quem realmente usufruiu dela. Assim sendo, nunca poderia ser a Câmara Municipal a suportar um custo tão oneroso. Devem, sim, ser os municípios a rentabilizar e sustentar o referido evento. Outra felicitação foi pelo restauro dos edifícios municipais, nomeadamente as obras de arte expostas no Salão Nobre. Felicitou também o membro Mário Deus pelo seu regresso, desejando-lhe as rápidas melhoras. Quanto ao orçamento disse ser um bom documento baseado num plano de actividades e opções do plano políticas, e como tal, transparece quais foram as opções políticas do elenco e da população que nele votou. Lamentou que se continue com um orçamento de números assustadores, pois, o nível de execução no final do ano é 22%. Comentou que o orçamento tem muito investimento em serviços culturais, e que Borba estava privada no passado de os ter, mas efectivamente continua-se a gastar dinheiro em coisas que não trazem rentabilidade para todas as pessoas que vivem no concelho de Borba, e também não aumentam o rendimento mensal dessas pessoas. O que precisa é de investimentos cativadores, de investimento privado e que de alguma forma dinamizem a criação de novos postos de trabalho, e as opções escolhidas pelo elenco não deixam transparecer estas necessidades. Alertou o executivo para as parcerias, pois entende que as mesmas devem ser feitas através da disponibilização de infra-estruturas, de preços atractivos e de taxas atractivas para se poder captar investimento. E uma das formas de captar esse mesmo investimento será reduzir algumas das taxas que actualmente se cobram, e assim, afixam-se. Alertou o executivo para que no próximo ano, ainda que com opções diferentes do PSD, fosse eficazmente cumprido e que se consigam ter taxas de execução superiores para bem de todos.

O Membro Sérgio Gazimba: questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de como explicava a diferença entre os eleitos da Assembleia Municipal que um orçamento apresentado em 2005, propondo-se executar 28 milhões de euros, apresenta em início de Dezembro de 2006 uma execução de aproximadamente 20% sendo que desta execução a receita de capital prevista de 22 milhões de euros só foi executada em pouco mais de 2 milhões de euros (10%). Pediu também que fosse explicado aos deputados da Assembleia que a receita respeitante à rubrica 08 – outras receitas correntes (orçamento 2006) apresenta uma receita de pouco mais de 100 mil euros quando tinham sido previstos um milhão e setecentos e sessenta e cinco mil euros; que receitas não conseguiu arrecadar? No orçamento de 2006 estava prevista a alienação de património (terrenos de 640 mil euros realizados 27 mil euros) o porquê de tamanha diferença? Finalizou perguntando se no orçamento de 2007 estava suportado por fundos FEDER, e estavam previstos 12 milhões e cento e vinte e cinco mil euros e receberam-se apenas 800 mil euros, o que é que correu mal? Foram as obras que não se realizaram, foi o Governo que não aprovou as candidaturas, ou esta verba tinha sido inserida no orçamento só para acertar? Deixou a mensagem que fazer obra só por fazer, é preciso tomar atenção.

O Membro João Proença: Embora o orçamento para 2007 tenha uma melhoria gráfica, há questões que gostaria de ver esclarecidas, tais como: Que receitas correntes se esperam cobrar pela rubrica 08019999 Diversa que apresenta uma previsão de 1 milhão trezentos e quinze mil euros? Que critério definido pelo POCA foi aplicado nesta previsão? O Orçamento para 2007 apresenta uma proposta de venda de terrenos de 400 mil euros (que terrenos se propõe a Câmara vender)? Que habitações se pretendem vender para arrecadar 250 mil euros?

euros? Se no orçamento de 2006 estava previstos receber do FEDER 12 milhões cento e cinco mil euro recebeu 800 mil, deixou de receber 11 milhões e 300 mil euros, porque é que no orçamento de 2007 só se propõe receber 6 milhões duzentos e sessenta e quatro mil euros, ou seja uma quebra de 5 milhões de euros? O que ficou pelo caminho? No orçamento de 2006 estava prevista e aprovada uma verba de 234 mil e trezentos euros de financiamento para o projecto URBCOM, no orçamento de 2007 esse financiamento desapareceu, perdeu-se a candidatura? É referido ao longo da introdução aos documentos que “os governamentais tem limitado cada vez mais a capacidade de endividamento das autarquias e a redução cada vez maior de receitas” estamos de acordo, mas como explica a continuação de um orçamento de 23 milhões de euros quando a sua receita já se sabe que não irá, no mais favorável dos cenários atingir oito milhões euros? Terminou dizendo que tem cada vez mais uma expectativa menor e uma preocupação muito maior.

O Membro Jerónimo Cavaco: disse que a intervenção do membro Sérgio Gazimba lhe havia feito recordar uma acta da Assembleia Municipal realizada a 29.06.01, mais concretamente uma intervenção do Sr. Deputado João Proença, Presidente desta Câmara nessa altura, como tal, passou a ler: “...relativamente situação financeira da Autarquia os quadros reflectem com rigor o estado desta fonte de receita e de todos os projectos. Acrescentou já terem entregue um milhão e seiscentos mil contos em projectos, tendo já quatrocentos e um mil contos aprovados e sessenta e oito mil contos em fase de recebimento, já com a medição apresentados. Terminou a sua intervenção, referindo-se ao último quadro referente à execução dizendo que de facto estão abaixo das expectativas e daquilo que seria desejável, sendo o quadro anterior, e em complemento com os outros, responsável pela falta de mais receitas neste período, embora se ter recuperado nos meses de Maio e Junho...” terminou esclarecendo que só leu este documento para responder ao Deputado Sérgio no que dizia respeito às taxas de execução orçamental, pois, hoje parece ser um problema e no passado não o era, quando já existiam.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: disse que esperava que o documento entregue pelo Membro Sérgio Gazimba não fossem as perguntas que havia feito ao Senhor Presidente da Câmara. Pois, se assim fosse o referido deputado faria uma acta, e isso é concorrência desleal. Se houve uma tomada de posição por parte da Bancada da CDU no sentido de não usarem os microfones, então, que se façam entender e ouvir. Alertou o Senhor Presidente da Assembleia para o facto de esta tomada de posição não estar consagrada no regimento, visto não serem declarações de voto, e o PSD não aceita este tipo de comportamento. Pois, assim sendo, seria mais fácil para todos começarem a trazer o trabalho feito de casa e até ajudava na feitura da acta.

O Presidente da Assembleia Municipal: disse que até concorda que a Deputada Maria João tinha efectivamente alguma razão no que acaba de ter dito. No entanto, afirmou à deputada Maria João que o que tinha sido entregue por escrito estava em conformidade com o que havia sido falado.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: disse que a sua intervenção anterior não foi para dizer que o documento não estava em conformidade, mas sim, que não é o comportamento correcto dentro desta casa. Se não houvesse a possibilidade de fazer intervenções espontâneas, o Gabinete da Assembleia teria a vida facilitada no que respeita às actas. E poderá vir a acontecer, que um dia esses documentos sejam pedidos pelos deputados da CDU e a Mesa não tem obrigação de os guardar.

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu à Deputada Maria João que tentasse fazer uma proposta no sentido de se resolver esta situação. Todavia, a Mesa também tem o direito da aceitabilidade de documentar. Adiantou ainda que não foi apanhado de forma desprevenida, pois já havia pedido um parecer nesse sentido à ANMP.

O Membro Jerónimo Cavaco: esclareceu qual a sua posição para tomada de posição da bancada da CDU dizendo que os referidos documentos foram aceites pela Mesa para o facto de questões ou dúvidas que possam vir a surgir no sentido de todas as perguntas feitas ao Senhor Presidente da Câmara. Pois, na acta ficará aquilo que for possível à Mesa tomar nota, dado que os mesmos não têm forma de requerimento.

O Membro Vítor Guégués: disse ter ouvido com muita atenção os comentários feitos pela CDU no que respeitava ao documento em discussão, como tal, não pode estar do lado dessa mesma bancada quando dizem que estão dispostos a lutar, discutir e fazer manifestações contra as políticas do Governo Central. definitivamente a postura do PSD. Entende que a CDU tem que se definir e saber para que lado quer cair, pois entende que estão no meio. Pois, na sua opinião não se cativa o investimento privado com manifestações e coisas do género.

O Membro Joaquim Cardoso: disse que os membros da CDU nunca deram licença ao deputado Vítor Guégués, menino de bolachas para lhes dar lições. Na sua opinião, juristas de trazer por casa há muito. Reafirmou querer um parecer jurídico de um órgão com competência para o efeito. Quanto ao Senhor Presidente da Assembleia não retirava uma palavra do que lhe havia dito. Se o visse na rua dizer-lhe exactamente o mesmo, ou melhor, se o visse na rua fingia que não o conhecia de lado nenhum.

O Membro António Anselmo: Disse que cada vez tem mais contentamento de estar presente numa Assembleia fina, elaborada e com linguagem de pouca delicadeza. Concordou com a posição do Sen Presidente da Câmara, dado que o mesmo defendeu o orçamento de forma política. Daí ter sido votado com uma maioria e será essa mesma maioria que será votada num futuro próximo. Entendeu que o respeito permanecer na sala e deve vir de todas as forças políticas. Para si o importante é ser discutido o melhor para o conselho de Borba e nada mais. Terminou pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia que de acordo com o regimento limite e aproveite o tempo no sentido de melhorar Borba.

O Membro Sérgio Gazimba: disse que os colegas da Assembleia não devem ter lido a acta da última sessão pois, no seu entendimento a CDU tem que ser respeitada como oposição, e quanto ao Senhor Presidente da Assembleia é autoritário sim. E que iria prosseguir com um documento que tinha na sua posse.

O Presidente da Assembleia Municipal: repetiu ao membro Sérgio Gazimba que quem dava a palavra era o Presidente da Mesa.

O Membro Sérgio Gazimba: disse que lhe tendo sido retirada a palavra se retirava.

O Presidente da Assembleia Municipal: informou o membro Sérgio Gazimba que se podia retirar à vontade pois isso não lhe trazia incomodo algum, e que não permitia que uma minoria desse as directrizes a uma maioria. Esclareceu ainda que se é uma pessoa educada, é porque entende que o deve ser, não é que os membros da oposição o mereçam, na medida em que chegam a ofender pessoalmente outros membros só porque têm algumas ideias diferentes.

O Membro Sérgio Gazimba: Pediu ao Presidente da Câmara que o acompanhasse na seguinte reflexão: A receita cobrada em 2006 cifra-se na ordem dos seis milhões de euros. A despesa efectuada em 2006 foi de mais de 10 milhões de euros, sendo que 6 milhões foram pagos e mais de 4 milhões engrossam a dívida de curto prazo a fornecedores. Essa dívida obrigatoriamente transita para 2007; se juntarmos a esse montante mais de 3 milhões e 500 mil euros de despesas correntes obrigatórias, chegamos a um montante estimado de cerca de 8 milhões de euros. Isto significaria que o ano de 2007, com um orçamento rigoroso, como o POCAI obriga, a actividade da Câmara limita-se ao pagamento da despesa corrente e dívida a fornecedores. Ou por outras palavras: em cinco anos de mandato do PS, foi atingido o estrangulamento financeiro, esgotando-se quase totalidade da capacidade de financiamento junto da banca sendo a actividade suportada pelo pagamento aos fornecedores. Toda a obra que for feita em 2007, não estará garantida por tesouraria, ou seja, será para acrescentar dívida, situação só possível com a aprovação de um orçamento super inflacionado como o que estão a apreciar. Que outras soluções tem para Borba, que não seja acumular dívida? Relembrem algumas dívidas: Cine-teatro – Concluído há mais de um ano e 530 mil euros por pagar; Sede da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu – Concluída há mais de um ano e 116 mil e 800 euros por pagar; Estrada Salgada Rio de Moinhos – Concluída e com 240 mil euros por pagar; Mercado Municipal – embrulhado há mais de um ano e 615 mil euros por pagar; Festa da Vinha e do Vinho – 600 mil euros; Jardim Municipal – Concluído e 250 mil euros por pagar. Relembrou ainda algumas prioridades que continuam adiadas, tais como: Zona Industrial do Alto dos Bacos – Lançada para 2008; Zonas Industriais das Freguesias – lançadas para 2009; Parque de feiras e exposições – lançado para 2008/2009; disponibilização de terrenos infra-estruturas para habitação – 160 mil euros. Com o evidente crescimento da dívida como é que se vão satisfazer as necessidades que não foram consideradas prioridades para 2007 o podem vir a ser em 2008/2009?

O Membro António Paixão: manifestou algum contentamento no que diz respeito ao orçamento, e propriamente à parte que nele diz respeito à Freguesia de Rio de Moinhos. Pois, o presente orçamento definiu algumas verbas para algumas obras que havia vindo a reivindicar, tais como: obras do âmbito social, centros de dia na Nora, Barro Branco e Rio de Moinhos; loteamentos; aquisição de terrenos, o saneamento básico em Talisca, águas da Nora, polidesportivo, algumas estradas, etc. Mas, ficará mais contente quando realmente verificar que as referidas verbas não desapareceram e obras fiquem por fazer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Quanto à intervenção feita anteriormente feita por um membro da Assembleia, o Presidente da Mesa disse que infelizmente ainda existem pessoas que desconhecem as regras da boa educação. Por outro lado, também desconhecem as regras da democracia, ou seja, estamos num estado de direito, e tendo sido cabeça de lista nas eleições anteriores, vai fazer valer as regras da boa educação com toda a legitimidade que o povo lhe deu. Adiantou que não vai permitir mais nenhuma ofensa, sem consequências nas instâncias judiciais. Terminou dizendo que ninguém com verdade pode dizer que algum dia lhe foi retirada a palavra, ninguém com verdade o pode acusar de ser prepotente e muito menos imperialista.

O Membro Joaquim Cardoso: quis lavar o seu protesto, dizendo que a intervenção do Presidente da Assembleia nada tinha a ver com o orçamento e, que o mesmo não pode impedir a entrega de nenhum documento, não tem legitimidade para tal. Referiu também que para si é notável que o Presidente da

Assembleia não tem preparação para o cargo que desempenha.

O Presidente da Câmara: disse à deputada Maria João que não queria que viesse a ser chamado de Ângelo de Sá o absolutista, pois as opiniões da oposição serão sempre bem vindas e bem recebidas, o que não pode prometer é que vai aceitá-las. Agradeceu ao Deputado Vítor Guégués pelas felicitações que tinha apresentado. O Senhor Presidente da Câmara, pediu desculpa ao Presidente da Assembleia pelo desabafo mas, disse que há coisas que se resolvem a beber uns copos lá fora e que na sessão se tratasse de coisas sérias. Quanto ao voto contra dos deputados do Partido Social Democrata, disse que já o esperava, pois o orçamento não vai de encontro aos objectivos do PSD. Relativamente às intervenções da CDU referiu uma vez mais que as opções constantes no orçamento são opções políticas e que existe muito património para vender, mas mesmo património só pode ser vendido se alguém o comprar. E deixou claro que o presente executivo comprado muito mais património do aquele que tem vendido. Informou que existem pedidos na CCDR Coordenação Regional no valor de novecentos e sessenta e sete mil euros e isto quer dizer que há para receber 603.389,46 euros, e que gostaria de o receber até ao final do ano corrente, e como é óbvio se esse dinheiro cá estiver as taxas irão subir substancialmente. Quanto ao comentário de Borba cair num fouço, que caía mas com as obras todas feitas. Porque quando entrou na Câmara de Borba tinha muitas dívidas para pagar e perguntou onde estavam as obras feitas, não estavam, pois nem projectos existiam, e os poucos existiam eram uma vergonha, dando o exemplo do cine-teatro. Já havia sido dito na sua primeira intervenção que o orçamento estava inflacionado, mas a CDU também fazia o mesmo. Quanto à Urbcom, disse que recusava a fazer obras de fachada, prefere que se percam as verbas, mas obras de fachada não as faz. Se existirem verbas da Urbcom, existirão verbas de um outro lado. Quanto às manifestações (frente à CCDR) faixa na mão, não fazem parte do seu comportamento, pois fazer essas manifestações à porta e seguidar discutir com o Ministro lá dentro não. Quanto ao deputado Joaquim Cardoso disse que nunca se reviu Associação Nacional de Municípios, quer tenha a presidência do PS ou do PSD. Pois, na sua opinião a referida Associação defende as Autarquias mais ricas, adiantando que ele mesmo tem andado a desencadear um movimento contra a Associação de Municípios. E o que acabou de dizer já tinha tido oportunidade transmitir ao Senhor Artur Trindade. Quanto ao acréscimo da dívida, pediu ao membro Sérgio Gazimba que lhe arranjasse uma solução para a construção das piscinas, do pavilhão de eventos, etc.... pois, se essa solução fosse conseguida a sua gratidão seria eterna. Afirmou que não consegue fazer obras sem dinheiro, e se não há dinheiro, há um sítio onde ele existe. Terminou dizendo que as obras se fazem agora ou já não fazem, como tal terá que ir buscar dinheiro a onde ele existe.

O Membro Joaquim Cardoso: Disse que até entendia a atitude do Presidente da Câmara, pena é que não tenha sido válida sempre. A dívida presente irá hipotecar o futuro de Borba, e em sua opinião a via ao crédito ilimitada.

O Presidente da Câmara: referiu ao membro Joaquim Cardoso que a pessoa que tinha sentado ao seu lado (Sr. João Proença) quando concorreu às últimas eleições disse numa entrevista de campanha, que não valia a pena construir piscinas em Borba, pois havia em Vila Viçosa e Estremoz; não valia a pena cine-teatro pela mesma razão, e a sua resposta havia sido, que assim sendo, não valia a pena existir concelho de Borba.

O Membro Vítor Guégués: disse ao senhor Presidente da Câmara que a vontade de votar a favor poderá existir, desde que haja abertura para a participação do PSD na elaboração dos documentos e que se contactados a tempo.

O Membro João Proença: afirmou que a CDU está sintonizada com o PS no que respeita às prioridades do concelho. Mas não estão sintonizados com o valor da dívida. Estão cada vez mais preocupados com o futuro de Borba. Aqueles que muito sobem têm sempre grande queda. As leviandades pagam-se muito caras. Em sua opinião este documento não é para o concelho de Borba, é sem dúvida o pior orçamento de todos. Aqueles que esperam oito e nove meses para receber com certeza não devem estar satisfeitos com a situação.

O Presidente da Câmara: respondeu ao deputado João Proença que quando tomou posse existiam fornecedores com mais de oito meses à espera.

O Presidente da Assembleia: pediu que o documento fosse votado de uma só vez, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, 11 votos a favor e 5 votos contra (um eleito da CDU retirou-se da sala no momento da votação). A CDU apresentou declaração de voto (anexo 10).

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo.

O Presidente da Câmara: informou os deputados que o empréstimo em discussão era apenas o complemento de outro que já havia estado presente.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à discussão, tendo o mesmo sido aprovado por maioria,

com 13 votos a favor e 4 votos contra. A CDU apresentou declaração de voto (anexo 12).

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Contratação de Empréstimo a Curto Prazo ocorrer a dificuldades de tesouraria.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à discussão, sendo o mesmo aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 2 votos contra. O PSD apresentou declaração de voto (anexo 13).

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano 2007.

O Presidente da Câmara: disse que em termos gerais a presente tabela teve alterações significativas em termos de apresentação, no sentido de reorganizar a tabela. Informou que havia um erro que foi detectado à posterior, mas que já tinha pedido que a respectiva alteração fosse distribuída a todos. A presente tabela sofreu basicamente o aumento da taxa de inflação em quase todos os capítulos, à excepção do que se refere edificação e urbanização. Por informação das técnicas da Câmara Municipal chegou-se à conclusão que havia de se articular a tabela com as Câmaras vizinhas. Apontou como o mais significativo, vindo na sequência de que foi dito pela Inspeção que tem que ver com as reduções das taxas no valor de 50% para as cooperativas e instituições de utilidade pública. Como tal, fez-se a respectiva retirada desses valores.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 6 votos contra. A CDU apresentou declaração de voto (anexo 14).

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

O Presidente da Câmara: informou os deputados que havia surgido algumas dúvidas sobre a provação da taxa em discussão, dado que já constava na Tabela de Taxas, mas de acordo com a informação da Jurista de aprovar a referida taxa com ponto separado da restante tabela de taxas.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 4 votos contra. A CDU apresentou declaração de voto (anexo 15).

PONTO TRÊS PONTO SETE: Projecto de Regulamento de Atribuição de Bolsa Estudo para Estudantes do Ensino Superior.

O Vereador Humberto Ratado: explicou que o regulamento que estava a ser aplicado vai servir ainda para este ano lectivo, mas está completamente desajustado, pois é de 1994. Por isso, achou-se necessário ajustar quem realmente dele precisa e não atribuir por atribuir. Serão atribuídas no máximo dez bolsas de estudo serão renovadas anualmente de acordo com uma média de 12 valores no aproveitamento do aluno. Também há a possibilidade de o aluno no primeiro ano, e tendo-lhe sido atribuída bolsa poder substituí-la por computador portátil, ou optar pela bolsa nos respectivos 10 meses.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Proposta da Alteração aos seguintes Regulamentos:

- a) Cartão Municipal do Idoso;
- b) Cartão do Jovem Município;
- c) Municipal de Urbanização e Edificação;

O Vereador Humberto Ratado: explicou que eram de facto pequenas alterações. Uma têm que ver funcionalidade na atribuição dos cartões, e outra tem que ver com o montante estipulado, pois a base eram 200 euros e passou a ser o salário mínimo nacional para a atribuição do cartão. Assim como, se há possibilidade de adquirir os cartões dos 65 anos para os 60, também as taxas de participação de diversas iniciativas foram revistas. Quanto ao cartão do jovem município, teve a ver com a alteração que permita que na Tabela de Taxas, ano após ano permita fazer a flexibilidade de fazer uma alteração. As alterações em discussão são para facilitar o desenrolar do processo para com os municípios.

O Membro António Paixão: chamou a atenção para uma pequena lacuna que se encontrava no regulamento

do cartão do idoso

O Presidente da Assembleia: colocou o documento a) à votação, com a alteração à respectiva lacuna, tendo mesmo sido aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 2 abstenções.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento b) à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 15 votos a favor e 2 abstenções.

O Presidente da Câmara: chamou a atenção para 3 gralhas existentes no documento da alínea c) e que já havia pedido para serem distribuídas as referidas correcções.

O Membro António Anselmo: chamou a atenção para o facto de o regulamento de edificação e urbanização não sugerir ninguém a usar pedra nas construções, e vive-se num concelho onde já se viveu à base de pedra. Em segundo lugar, sugeriu que se fizesse em volta da Praça de Borba uma construção de pedra grandes, que iria permitir um envolvimento exterior e urbano bonito. Na sua opinião, o regulamento deve sugerir ou aconselhar o uso da pedra na nossa zona. Terminou sugerindo que os moradores que tenham habitações degradadas, especialmente no centro da Vila sejam incentivados a recuperar as mesmas, e que sejam ajudados nesse sentido.

O Presidente da Câmara: pediu desculpa, pois talvez se tenha precipitado na intervenção anterior, pois, poderia ter evitado a intervenção do membro António Anselmo, dado que o regulamento de edificação e urbanização praticamente não havia sofrido nenhuma alteração, apenas o que tinha havido foi uma adaptação à Tabela de Taxas. Quanto à relação das bonificações, havia aprovado um agravamento no lançamento do IMI no que respeita às casas degradadas. O que acontece é que já no passado não foi possível fazer isso, e este ano também ainda não foi possível, embora o trabalho tenha avançado. Explicou o porquê de não se aplicar esse agravamento, dizendo que é uma injustiça fazer essa aplicação a quem tem as casas legalizadas, ou seja, há casas velhas degradadas que estão devidamente legalizadas, e há outras que nem se sabe de que são. O que pode trazer o risco de aplicar a quem não é o proprietário da casa. No entanto, a recomendação será tomada em conta no futuro.

O Membro António Paixão: disse que seria positivo fazer sentir às pessoas de que mediante alguns benefícios não olharem só para a construção de novas habitações, dado que existem muitas habitações que estão desabitadas e estão com condições de serem habitadas. Pois, é sua opinião que há dificuldade na aquisição de terrenos para construção, como tal, seria importante incentivar as pessoas a habitar as casas que se encontram desabitadas, ainda que, levem pequenos arranjos.

O Membro Joaquim Cardoso: chamou a atenção para o facto de haver pessoas que até querem recuperar as habitações, mas não têm os meios financeiros. Referiu ainda que os juros sobem constantemente e há que ver as razões de natureza económica.

O Presidente da Assembleia: colocou o documento c) à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 11 votos a favor e 6 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Declaração de Caducidade de Utilidade Pública.

O Presidente da Câmara: explicou que este ponto da ordem de trabalhos vem da altura em que era Presidente da Assembleia, aconteceu que o Senhor que pede a respectiva declaração de caducidade na altura não entendia com um familiar, e pediu que fosse declarada a utilidade pública. Passados uns meses, o mesmo Senhor veio informar que já havia resolvido o problema com o seu familiar e que estava disposto a negociar o terreno, mas nessa altura decorria a alteração ao Plano Pormenor do Alto dos Bacos, o que no momento não levou o executivo a interessar-se pelo terreno, dado que na altura se estavam a comprar terrenos mais baratos.

O Membro Jerónimo Cavaco: disse que teve o cuidado de ler a acta em que este ponto foi aprovado e como viu o decorrer normal dos prazos, entende que é um direito do município pedir a referida declaração.

O Presidente da Assembleia: chamou a atenção para o facto de haver uma pequena lacuna no documento, pois onde se lê artigo treze, deve ler-se três. Seguidamente, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 16 votos a favor e 1 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara: disse que quanto às taxas de execução não se ia pronunciar, pois já o tinha feito na intervenção anterior. Em relação à situação financeira, e analisando os valores presentes a Autarquia ainda dispõe de uma capacidade de endividamento na ordem de noventa mil e quinhentos e trinta euros. Quanto aos empréstimos terminaram, a varredora já e da Câmara, mas com certeza virão outros. Quanto à actividade

Município, realçou a participação na apresentação do lançamento do Prot Alentejo, a recepção do Se Secretário de Estado, apresentação da segunda fase do estudo turístico do concelho, realização na reunião IPAR quanto ao plano de salvaguarda de Borba, participação na conferência europeia (cinco medidas pa mudar o mundo), o seminário promovido pelo IGAT, a participação na primeira reunião plenário da comissão mista de coordenação, em relação aos planos municipais de ordenamento do território, o PDM encor DGOTDU, o Plano Pormenor da UNOR 2 encontra-se a caminho da DGOTDU, o Plano Pormenor da zoi Norte da Cerca – a proposta final está na CCDR para emissão de parecer e finalmente, os planos de urbanização de Rio de Moinhos e Orada foram efectuadas propostas que posteriormente serão enviada CCDRA.

O Vereador Artur Pombeiro: cumprimentou os presentes e disse que estava na disposição de responder algumas dúvidas ou questões que pudessem surgir, pois os documentos já haviam sido distribuídos, não havia necessidade de se repetir.

O Membro Humberto Ratado: chamou a atenção para um pequeno erro no que dizia respeito às sua actividades, apenas a mudança de uma palavra. Quanto à questão do aquecimento das escolas referiu ser algo de grande importância, referindo que as crianças de hoje serão os homens de amanhã. Referiu que têm existido algumas reuniões entre os parceiros de Borba, Lepe, Tavira e Zafra, e isto consiste no Fe Gastronómico que futuramente se tratará das formalidades. E pretensão desenvolver-se um festival por an cada ano em sua localidade, um deles será em Borba que lhe parece ser um desenvolvimento turístico concelho.

O Membro Joaquim Cardoso: Desejou em nome dos eleitos da CDU um Feliz Natal a todos e um 2007 calmo, ainda que consciente dos perigos do mundo.

O Presidente da Câmara: desejou a todos um Feliz Natal e um ano de 2007 mais próspero.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos a tratar, se iria lei (em voz alta) e votar as minutas do ponto da ordem do dia, as quais foram aprovadas por unanimidade. desejou a todos boas festas e pediu desculpa por alguma coisa que tenha corrido menos bem, adiantando que a diferença de opinião é salutar. Seguidamente encerrou a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação de falta do membro Augusto Guégués

Anexo 2 – Justificação de falta do membro Carlos Cabral

Anexo 3 – Justificação de falta do membro Rui Bacalhau

Anexo 4 – Justificação de falta do membro Joaquim Manuel Esteves

Anexo 5 – Mapa da Correspondência Expedida

Anexo 6 – Mapa da Correspondência Recebida

Anexo 7 – Declaração de Voto apresentada pela CDU

Anexo 8 – Declaração de Voto apresentada pela CDU

Anexo 9 – Declaração de Voto apresentada pelo PSD

Anexo 10 - Declaração de Voto apresentada pela CDU

Anexo 11 – Declaração de Voto apresentada pelos membros da CDU